



**Prefeitura Municipal de Vassouras  
Estado do Rio de Janeiro**

**MENSAGEM Nº 076/2008**

**Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores.**

Temos a honra e a grata satisfação de submeter à apreciação dessa Colenda Casa Legislativa, Projeto de Lei que **“altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 1.869, de 17 de maio de 2000, e dá outras correlatas providências”**.

O Município, diante do dever imperioso de preservar os direitos da criança e do adolescente, em conjunto com a sociedade e mediante tutela do Ministério Público, encaminha a esse Legislativo o projeto de lei incluso, o qual visa adequar a Lei nº 1.869/2000 aos novos Parâmetros de Criação e Funcionamento dos Conselhos Tutelares do Brasil, tendo como escopo maior eficácia dos mesmos, consoante orientação do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, tudo conforme texto segue anexo e deste fica fazendo parte integrante.

Certos da compreensão e sensibilidade de Vossas Excelências quanto ao acolhimento e aprovação do presente Projeto de Lei, ao qual rogamos **urgência urgentíssima**, reiteramos nossos votos de estima e consideração.

Vassouras, 10 de dezembro de 2008.

  
**Eurico Pinheiro Bernardes Junior**

**Prefeito Municipal**



**TURA MUNICIPAL DE VASSOURAS  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA GERAL**

Nº

**Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 1.869 de 17 de maio de 2000, e dá outras correlatas providências.**

A Câmara Municipal de Vassouras decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte

**L E I :**

Art. 1º - O artigo 13 e seus §§ 1º e 2º da Lei nº 1.869 de 17/05/2000, passam a ter a seguinte redação:

**“Art. 13 – O Eleitor que tiver residência fixa na Cidade de Vassouras, e for inscrito na 41ª Zona Eleitoral do Município de Vassouras, poderá votar para escolha do Conselheiro Tutelar”.**

**“§ 1º - O Presidente do Conselho da Criança e do Adolescente deverá officiar o Juiz Eleitoral da 41ª Zona Eleitoral ou ao Tribunal Regional Eleitoral, com antecedência mínima de 06 (seis) meses solicitando a cessão de urnas eletrônicas para utilização na eleição”.**

**“§ 2º - O voto será secreto e facultativo de todos os cidadãos do Município maiores de dezesseis anos, devendo, portanto, o eleitor comparecer para votar, munido do título de eleitor ou de um documento com foto que o identifique”.**

Art. 2º - Cria-se um Capítulo renumerando-se os demais e seus artigos, o qual terá a seguinte redação:

**“CAPITULO IX  
DAS CONDUTAS VEDADAS**

**Art. 19- Os candidatos terão seus registros cassados, ao infringirem nas seguintes condutas vedadas:**

**I – Poderá qualquer cidadão denunciar ao Conselho Municipal de Criança e do Adolescente e ao Ministério Público no período do pleito, bem como no dia da votação para escolha do Conselheiro Tutelar, qualquer**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA GERAL**

**irregularidade contra o candidato, descritas nas alíneas abaixo:**

**a – Transporte de eleitor com o intuito de retirar documento, em especial Título de Eleitor;**

**b – Pagamento de conta de luz, água, telefone, combustível e compra de botija de gás;**

**c – Utilizar da máquina administrativa através de terceiros seja na esfera Federal, Estadual ou Municipal;**

**d – Doação em dinheiro ou por meio de cesta básica.**

**e – O candidato que tiver o seu registro deferido não poderá fazer durante o pleito simulação ou divulgação com mais de 02 (dois) candidatos que venha a dar conotação de chapa, podendo, ser impugnado e perder o registro de sua candidatura”.**

**Art. 3º - O Inciso II do novo artigo 25 da Lei nº 1.869 de 17/05/2000, passa a vigorar com a seguinte redação:**

**“II – Publicará edital de abertura de inscrições provisórias dos candidatos, sendo fixado prazo nunca inferior a dez dias para a efetivação das mesmas”.**

**Art. 4º - Acrescente-se ao novo artigo 31 da referida Lei os § 4º e 5º, os quais terão a seguinte redação:**

**“§ 4º - Havendo urna eletrônica, deverá esta conter a foto e número do candidato para o eleitor identificá-lo, devendo o eleitor digitar o número do candidato”.**

**“§ 5º - Em caso de defeito da urna eletrônica, esta deverá ser substituída por outra, em caso da impossibilidade da substituição, a votação deverá ser através de cédula onde deverá constar o nome e número do candidato, com apuração manual”.**

**Art. 5º - Ao novo Capítulo XIV – Das Disposições Finais, acrescente-se um artigo, renumerando-se os demais, o qual terá a seguinte redação:**

**“Art. 36 – Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a divulgar o pleito nos meios de comunicação escrita e falada, outdoor, etc”**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA GERAL**

Art. 6 ° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições que lhe sejam contrárias ou incompatíveis.

Prefeitura M. de Vassouras, em            de            de 2008.

**Eurico Pinheiro Bernardes Júnior**  
**Prefeito Municipal**